



18240015

SPTTrans

São Paulo, 20 de março de 2019.

Ofício DP/GAB nº 309/2019
Assunto: Assembleia Geral Ordinária.

Folha nº 01 do proc.
nº 13-135 de 2019

OTAVIO DE CARVALHO MOREIRA
Técnico Administrativo
RF. 11.479

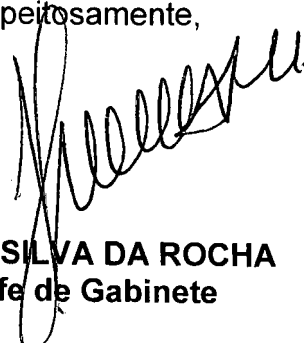
Senhor Presidente,

DOCREC
130/2019

Considerando que está prevista a realização de Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da São Paulo Transporte S/A para o dia 22 de abril de 2019, encaminhamos a essa Câmara Municipal cópia dos seguintes documentos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

- Relatório da Administração;
- Balanço e Demonstrações Contábeis;
- Relatório dos Auditores Independentes – RAI;
- Parecer do Conselho Fiscal; e
- Parecer do Conselho de Administração.

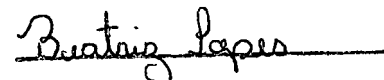
Respeitosamente,


ALBINO SILVA DA ROCHA
Chefe de Gabinete

Câmara Municipal de São Paulo
Gabinete da Presidência

Data 22/03/19

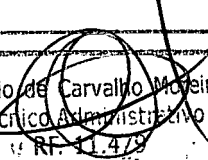
Horas: 12:05



**Excelentíssimo Senhor
Vereador Eduardo Tuma
Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
Viaduto Jacareí, 100 – 8º andar – sala 808**

Anexo: documentos citados.
c/c: DA – DP/GAU – SFI/GCO

Segue(m) juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob nº
07 a 25 e folha de informação
sob nº 26 . 01/04/19...
Ass: _____


Otavio de Carvalho Moreira
Técnico Administrativo
RF 11.479

Folha nº 07 do proc.
nº 15-130 de 20 19

OTAVIO DE CARVALHO MOREIRA
Técnico Administrativo
RF. 11/479

SÃO PAULO TRANSPORTE S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DO

EXERCÍCIO DE 2018

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM DEZEMBRO de 2019, Folha nº 03 do proc. nº 15-335 de 2019

BALANÇO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO
(em milhares de reais)

OTAVIO DE CARVALHO MOREIRA
Técnico Administrativo
RPA 11.479

ATIVO

		<u>2.018</u>	<u>2.017</u>
CIRCULANTE		130.389	137.775
Caixa e equivalentes de caixa	(Nota 5 I)	17.318	11.329
Caixa e equivalentes de caixa valores gerenciados	(Nota 5 II e 4)	20.926	24.100
Contas a receber	(Nota 6)	36.554	52.781
Contas a receber gerenciadas	(Nota 4)	4.812	2.358
Outros créditos	(Nota 7)	52.671	49.246
Despesas do exercício seguinte		20	15
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.912)	(2.054)
NÃO CIRCULANTE		174.051	160.686
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		69.353	55.718
Depósitos judiciais		21.441	22.343
Outros créditos	(Nota 7)	47.912	33.375
INVESTIMENTOS		64	64
IMOBILIZADO	(Notas 3.2.2 e 8)	104.560	104.785
INTANGÍVEL		74	119
TOTAL DO ATIVO		<u><u>304.440</u></u>	<u><u>298.461</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM DEZEMBRO

Folha nº 04 do proc.
nº 15-130 de 20 19
BALANÇO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO

(em milhares de reais)

OTAVIO DE CARVALHO MOREIRA
Técnico Administrativo
RE 11.476

PASSIVO

		<u>2.018</u>	<u>2.017</u>
CIRCULANTE		103.046	107.082
Fornecedores		12.506	14.448
Empréstimos e financiamentos	(Nota 9)	836	653
Obrigações trabalhistas		9.690	9.234
Parcelamentos consolidados - INSS	(Nota 10.1)	5.658	5.658
Parcelamentos consolidados - OUTROS	(Nota 10.2)	15.582	19.009
Contribuição social a pagar		131	277
Outras exigibilidades	(Nota 11)	8.385	7.732
Outras exigibilidades gerenciadas	(Nota 12)	25.738	26.458
Provisão para férias e encargos sociais		24.520	23.613
NÃO CIRCULANTE		340.101	368.871
Empréstimos e financiamentos	(Nota 9)	10.447	9.504
Parcelamentos consolidados - INSS	(Nota 10.1)	114.582	114.582
Parcelamentos consolidados - OUTROS	(Nota 10.2)	10.296	12.014
Créditos de acionistas	(Nota 14)	35.710	35.710
Provisão para passivos contingentes	(Nota 13)	164.312	191.749
Outras exigibilidades	(Nota 11)	4.754	5.312
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(138.707)	(177.492)
Capital social realizado	(Nota 16)	1.387.929	1.387.929
Capital social autorizado		1.966.770	1.966.770
Capital a subscrever		(578.841)	(578.841)
Reserva de capital		2.714	2.714
Reserva de reavaliação		59.565	59.565
Adiantamentos para aumento de capital		5.156	1.586
Prejuízos acumulados		(1.594.071)	(1.629.286)
TOTAL DO PASSIVO		<u>304.440</u>	<u>298.461</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM DEZEMBRO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(em milhares de reais)

Folha nº 05 do proc.
nº 15-130 de 20 19

OTAVIO DE CARVALHO MOREIRA
Técnico Administrativo
nº 11.479

		<u>2.018</u>	<u>2.017</u>
Receita operacional líquida	(Nota 15)	316.292	303.748
Custo dos serviços prestados :			
com pessoal		(208.840)	(203.284)
com materiais		(3.961)	(1.982)
com utilidades e serviços		(4.470)	(5.345)
com manutenção e reparos		(399)	(343)
gerais e administrativos		(158)	(160)
depreciações / amortizações		<u>(517)</u>	<u>(524)</u>
		(218.345)	(211.638)
Resultado bruto		97.947	92.110
Receitas (despesas) operacionais :			
com pessoal		(55.432)	(102.900)
com materiais		(782)	(1.149)
com utilidades e serviços		(26.379)	(22.715)
com manutenção e reparos		(1.884)	(934)
gerais e administrativas		2.165	(5.733)
outras		28.458	42.300
depreciações / amortizações		<u>(895)</u>	<u>(1.027)</u>
		(54.749)	(92.158)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		43.198	(48)
Resultados financeiros:			
Receitas		36.875	16.220
Despesas		<u>(44.255)</u>	<u>(21.379)</u>
		(7.380)	(5.159)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		35.818	(5.207)
Provisão para CSLL		(603)	(1.281)
Resultado líquido do exercício		<u>35.215</u>	<u>(6.488)</u>
Resultado por lote de mil ações integralizadas:		0,30	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Folha nº 06 do proc.
nº 15-130 de 2019

OTAVIO DE CARVALHO MOREIRA
Técnico Administrativo
RE 11.015

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM DEZEMBRO

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2.018	2.017
1 - RECEITAS		
Prestação de serviços	327.687	314.770
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	142	675
Resultados extraordinários	42.229	52.067
Não Operacionais	-	(391)
	370.058	367.121
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais consumidos	(4.744)	(3.131)
Custo dos serviços vendidos	(2.057)	(2.645)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(36.700)	(28.485)
Perda/Recuperação de valores ativos	(1.010)	(749)
	(44.511)	(35.010)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2)	325.547	332.111
4 - RETENÇÕES		
Amortização	(56)	(62)
Depreciação	(1.356)	(1.490)
	(1.412)	(1.552)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3+4)	324.135	330.559
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Outras receitas/despesas financeiras	33.112	12.224
Receitas financeiras	1.347	1.701
Receitas de Aluguéis	2.033	2.033
	36.492	15.958
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	360.627	346.517
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos	261.979	303.999
Honorários da diretoria	2.293	2.185
Impostos, taxas e contribuições	10.311	19.175
Juros e aluguéis	50.829	27.646
Resultado do exercício	35.215	(6.488)
	360.627	346.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM DEZEMBRO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(em milhares de reais)

Folha nº 07 do proc.
nº 15-130 de 20 19

OTAVIO DE CARVALHO MOREIRA/
Técnico Administrativo
RE 11.479

	2.018	2.017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de cliente	306.478	283.159
Pagamentos a empregados	(259.305)	(248.754)
Pagamentos a fornecedores	(91.289)	(94.234)
Caixa gerado pelas operações:		
- Repasse - Decreto Nº 4524/02 - Art.45 - Inciso 1	31.906	40.787
- Taxa sobre a venda de crédito eletrônico	19.066	20.913
- Receita da venda de Bilhete Único Escolar	21.019	20.612
- Reembolso dos custos da manutenção da Bilhetagem	10.766	11.700
- Outros	(7.238)	(11.886)
Juros pagos	(1)	(12)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(894)	(1.182)
Impostos incidentes sobre receitas (PASEP e COFINS) pagos	(19.820)	(21.142)
Impostos e contribuições retidas na fonte - responsabilidade de terceiros	(3.768)	(4.811)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	6.920	(4.850)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Compra de ativo imobilizado	(1.528)	(551)
Venda de ativo imobilizado	-	267
Juros recebidos	1.066	1.303
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(462)	1.019
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebido pela emissão de ações / adiantamento de capital	3.570	3.051
Pagamento de passivo por empréstimo	(4.039)	(3.470)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(469)	(419)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	5.989	(4.250)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	11.329	15.579
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do período	17.318	11.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Folha nº 00 do proc.
nº 15-130 de 2019
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM DEZEMBRO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

OTAVIO DE CARVALHO MOREIRA
Técnico Administrativo
R.F. 11.479

	Capital social realizado	Reserva de capital Doações e subvenções p/ investimentos	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Adiantamentos para aumento de capital	Total
SALDOS EM 2.016	1.380.439	2.714	59.565	(1.622.798)	6.024	(174.056)
Incorporação dos adiant. p/ aumento de capital	7.490	-	-	-	(7.490)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - PMSP	-	-	-	-	3.052	3.052
Resultado do exercício	-	-	-	(6.488)	-	(6.488)
SALDOS EM 2.017	1.387.929	2.714	59.565	(1.629.286)	1.586	(177.492)
Adiantamento para futuro aumento de capital - PMSP	-	-	-	-	3.570	3.570
Resultado do exercício	-	-	-	35.215	-	35.215
SALDOS EM 2.018	1.387.929	2.714	59.565	(1.594.071)	5.156	(138.707)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**SPTrans**Folha nº 09 do proc.
nº 15-130 de 2019OTAVIO DE CARVALHO MOREIRA
Técnico Administrativo
nº 11.419

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A São Paulo Transporte S.A., sociedade anônima de economia mista, inscrita no CNPJ sob nº 60.498.417/0001-58, constituída pelo Decreto - Lei Municipal nº 365 de 10 de outubro de 1946, tem por objetivo o planejamento, fiscalização e o gerenciamento do serviço público de transportes coletivos de passageiros, conforme as leis que disciplinam a matéria.

As demonstrações contábeis da Sociedade devem ser interpretadas dentro do contexto em que a empresa atua como agente do poder público municipal, o que limita a forma de condução da política de obtenção e gestão de seus recursos econômico-financeiros.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação societária, (Lei 6.404/76 com modificações introduzidas pela Lei 11.638/07 e suas alterações posteriores pela Lei nº 11.941/09) e as normas e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC recepcionado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

3. Principais Práticas Contábeis

3.1. Ativo circulante

- 3.1.1. Aplicações financeiras – (recursos próprios) são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas das instituições financeiras, até o limite de seu valor de mercado.
- 3.1.2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com valores a receber.
- 3.1.3. Demais ativos – são apresentados pelo menor valor entre o custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.
- 3.1.4. Contas gerenciadas – são contas administradas pela Sociedade, onde os recursos registrados são pertencentes a terceiros, tal como menciona a Nota 4.

3.2. Ativo não circulante

- 3.2.1. Investimentos – são registrados pelo custo de aquisição.
- 3.2.2. Imobilizado – é registrado pelo custo de aquisição ou construção atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995, em conformidade com os Pronunciamentos emitidos pelo CPC, deduzido das depreciações acumuladas.

Da reavaliação parcial (dos imóveis e veículos) efetuado em 1988 conforme laudo emitido pela Engeval – Engenharia de Avaliações S/C Ltda. restam apenas as relativas aos imóveis (terrenos).

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens, conforme mencionado na Nota 8

Dos ativos imobilizados, 99,75% referem-se a imóveis adquiridos antes da reavaliação acima citada.

Impairment - Em pesquisa efetuada pela Gerencia de Preços e Custos no exercício de 2017, se constatou a inexistência de imóveis contabilizados a valores que excedam aos de recuperação.

Os valores contabilizados não estão superavaliados e ajustes não são necessários.

Se e quando for constatado que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, será constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**SPTrans**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(em milhares de reais)

Folha nº 10 do proc.
nº 15-130 de 2019

OTAVIO DE CARVALHO MOREIRA
Técnico Administrativo
RF 11/179

Em 31 de dezembro de 2018 não houve alterações nos ativos, que justificasse a reavaliação e/ou quaisquer ajustes.

3.2.3. Intangível – grupo que registra os programas de computadores e licenças de uso, cujos saldos são amortizados pelo prazo de cinco anos.

4. Contas gerenciadas – Disponibilidades, contas a receber e outras exigibilidades gerenciadas

Desde a edição da Lei Municipal nº 11 037 de 25 de julho de 1991 revogada pela Lei Municipal nº 13 241 de 12 de dezembro de 2001, a arrecadação tarifária do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, bem como as remunerações pagas aos Subsistemas Local e Estrutural, não produzem efeitos nos resultados e patrimônio, em razão da Sociedade ser apenas gestora de tais recursos, sendo a mesma considerada como “valores gerenciados”, conforme citado na Nota 5 item II – Disponibilidades gerenciadas.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo total no ativo de contas gerenciadas é de R\$ 25.738 e passivo o total de R\$ 25.738, ou seja, desta forma os valores a receber e a repassar conforme citado anteriormente não produzem efeitos no resultado da Sociedade.

5. Disponibilidades

A Sociedade por força de dispositivos contratuais e legais gerencia recursos financeiros próprios e de terceiros, compondo-se o item “Disponibilidades” dos seguintes valores:

Descrição	2018	2017
(I) DISPONIBILIDADES - RECURSOS PRÓPRIOS		
Bancos conta movimento	4.534	4.156
Aplicações financeiras	12.784	7.173
Total disponibilidades	17.318	17.318
(II) DISPONIBILIDADES GERENCIADAS - RECURSOS DE TERCEIROS		
Bancos conta movimento:		
Sistema Municipal de Transporte Coletivo	8.069	8.798
UMES/UNE Bilhete Único Escolar	82	82
Aposentadoria complementar	10	10
Convênio SMT - terminais/corredores/modernização	1.491	-
Total saldos bancários	9.652	8.890
Aplicações financeiras:		
Serviço de Transporte Coletivo Público - Decreto nº 42.184/02	263	145
Convênio SMT - terminais/corredores/modernização	701	8.924
Aposentadoria complementar	370	630
UMES/UNE Bilhete Único Escolar	608	372
Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros	9.332	5.139
Total aplicações financeiras	11.274	15.210
Total disponibilidades gerenciadas	20.926	24.100

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(em milhares de reais)

Folha nº 11 do proc.
nº 15-130 de 2019

OTAVIO DE CARVALHO MOREIRA
Técnico Administrativo,
CPF 11.479.114-9

6. Contas a receber

Descrição	2018	2017
Secretaria Municipal de Transportes – SMT (a)	29.620	42.568
Contas a emitir	5.670	8.878
Outras contas a receber	1.264	1.335
Totais	36.554	52.781

- (a) Parte do saldo a receber da Secretaria Municipal de Transportes – SMT, se refere a valores a receber de repasses – Decreto n.º 4524/02 – Art.45 – Inciso 1. Em 31 de dezembro de 2018 o repasse é composto pelo saldo de R\$ 25.619 (Em 31 de dezembro de 2017 R\$ 24.991).

A administração avaliou as contas a receber da sociedade e no decorrer do exercício de 2018, reclassificou o valor de R\$ 13.577 do contas a receber da Secretaria Municipal de Transportes – SMT para outros créditos no não circulante.

A sociedade não realiza a provisão para crédito de liquidação duvidosa – PCLD de valores a receber para créditos a receber de entidades vinculadas à Prefeitura Municipal de São Paulo, pois entende que não há perdas esperadas para esses créditos.

A sociedade em julho de 2018, encaminhou ofício à Prefeitura Municipal de São Paulo propondo a análise dos valores a receber e a pagar à SPTrans, quanto à possibilidade de realização de um encontro de contas.

7. Outros Créditos

Compreende os valores a receber por demais transações como adiantamentos a colaboradores, valores a receber de entes públicos e terceiros até o termino do exercício seguinte. Conforme tabela a baixo:

Item	2.018	2.017
Circulante		
Impostos a recuperar	40.436	40.159
Créditos de funcionários	4.499	3.801
INSS a reembolsar	326	326
Outros	7.410	4.960
Total circulante	52.671	49.246
Não circulante		
Prefeitura de São Paulo – serviços prestados	44.256	30.679
Outros	3.656	2.696
Total não circulante	47.912	33.375

Os impostos a recuperar classificados na rubrica de outros créditos, em 31 de dezembro se referem principalmente a antecipação de pagamento de parcelamentos sendo:

Item	2018	2017
PASEP/COFINS	16.221	15.199
INSS	23.673	23.539
Total	39.894	38.738

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(em milhares de reais)

Folha nº 32 do proc.
nº 15-130 de 20 19

OTAVIO DE CARVALHO MOREIRA
Técnico Administrativo
R\$ 11.479

8. Imobilizado

O imobilizado tem sua avaliação descrita na Nota 3.2.2, e é composto conforme detalhamento abaixo:

IMOBILIZADO - BENS EM USO

DESCRIÇÃO	2017	2018				TAXA (%) ANUAIS DE DEPRECIACÃO
	Líquido	Adições	Depreciação	Transferências	Líquido	
IMÓVEIS	376.077	-	(706)	-	375.371	de 1,67 a 7,69
VEÍCULOS	449	650	(33)	-	1.066	de 5,26 a 50,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.085	197	(393)	34	923	10
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	539	71	(63)	(156)	391	10
OUTROS BENS	1.986	213	(161)	73	2.111	de 4,00 a 20,0
TOTAL	380.136	1.131	(1.356)	(49)	379.862	

IMOBILIZADO - FORA DE USO

DESCRIÇÃO	2017	2018				TAXA (%) ANUAIS DE DEPRECIACÃO
	Líquido	Adições	Depreciação	Transferências	Líquido	
IMÓVEIS	(270.603)	-	-	-	(270.603)	de 1,67 a 7,69
VEÍCULOS	206	-	-	-	206	de 5,26 a 50,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	81	-	-	(34)	47	10
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(126)	-	-	156	30	10
OUTROS BENS	435	-	-	(73)	362	de 4,00 a 20,0
PROVISÃO P/ PERDA	(5.344)	-	-	-	(5.344)	
TOTAL	(275.351)	-	-	49	(275.302)	

IMOBILIZADO - TOTAL

DESCRIÇÃO	2017	2018				TAXA (%) ANUAIS DE DEPRECIACÃO
	Líquido	Adições	Depreciação	Transferências	Líquido	
IMÓVEIS	105.474	-	(706)	-	104.768	de 1,67 a 7,69
VEÍCULOS	655	650	(33)	-	1.272	de 5,26 a 50,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.166	197	(393)	-	970	10
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	413	71	(63)	-	421	10
OUTROS BENS	2.421	213	(161)	-	2.473	de 4,00 a 20,0
PROVISÃO P/ PERDA	(5.344)	-	-	-	(5.344)	
TOTAL	104.785	1.131	(1.356)	-	104.560	

9. Empréstimos e Financiamentos

Referem-se a empréstimo e financiamento, mantido com o Banco do Brasil S.A., em consonância com a Resolução do Senado Federal nº 98 – 1 992 publicada no D.O.U. de 29 de dezembro de 1 992, vinculadas a moeda estrangeira, com taxas que variam de 2 a 8% a.a. acrescido da variação cambial.

10. Parcelamentos consolidados

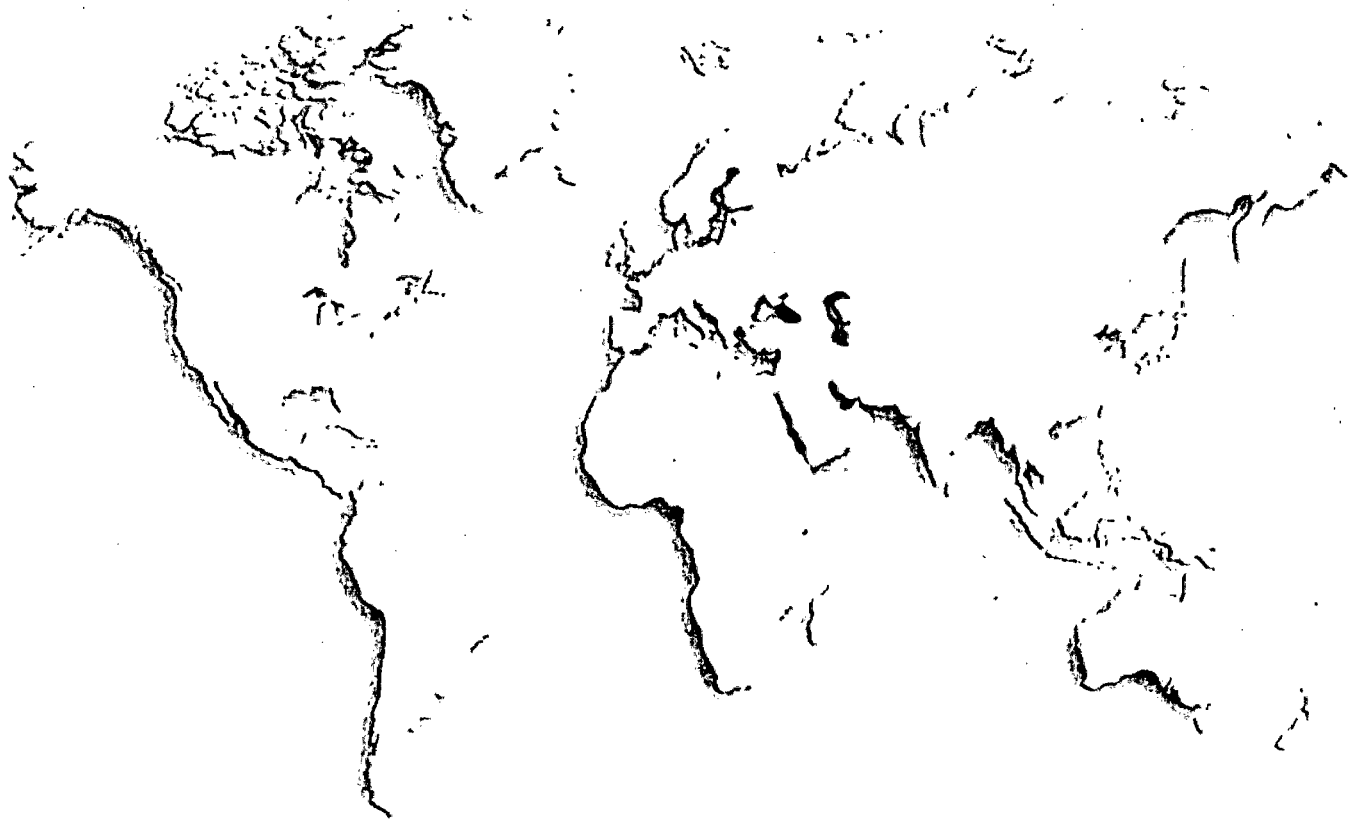
10.1. - I.N.S.S.

Com a desistência do parcelamento TADF 60.178.723-4 e a consequente saída da Prefeitura de São Paulo conforme despacho do Prefeito de São Paulo publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 23 de agosto de 2014 na página nº 156, as empresas de economia mista SPTrans, CET, PRODAM e SPUrbanismo puderam aderir ao parcelamento estabelecido na Lei 12 996 de 18/06/2014 em condições mais vantajosas. Haverá então a quitação do saldo que será ajustado somente após a homologação da dívida por parte daquele Instituto.

Folha nº 17 do proc.
nº 15-130 de 2017

OTAVIO DE CARVALHO MOREIRA
Técnico Administrativo

RP 11/79



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(em milhares de reais)

Folha nº 13 do proc.
nº 15-130 de 20 19

OTAVIO DE CARVALHO MOREIRA
Técnico Administrativo
R. 11.279

10.2. Outros parcelamentos

Item	2018	2017
Parcelamento Contribuição Social sobre o lucro líquido – CSLL (a)	7.404	10.901
Parcelamento Impostos de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (a)	6.048	6.048
Parcelamento Lei 11.941/2009	2.130	2.060
Outros parcelamentos consolidados - Circulante	15.582	19.009
Parcelamento Lei 11.941/2009	10.296	12.014
Outros parcelamentos consolidados – Não Circulante	10.296	12.014
Totais	25.878	31.023

(a) O pagamento do parcelamento do IRPJ e CSLL saldo de 2018 encontra-se suspenso, aguardando homologação da Receita Federal do Brasil – RFB sobre o disposto nos termos da MP 651, de 2014.

11. Outras exigibilidades

Item	2018	2017
Circulante		
Cauções por contratos	4.140	4.727
Obrigações diversas	1.716	385
Valores a pagar - TADF empr. Municipais	891	853
Arrecadações em folha de pagamento	756	1.003
Impostos e contribuições retidos na fonte – fornecedores	440	449
Aluguéis a pagar	432	315
Seguros a pagar	10	-
Total circulante	8.385	7.732
Não circulante		
Valores a pagar - TADF empr. municipais	4.754	5.312

12. Outras Exigibilidades – Gerenciadas

Item	2018	2017
Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros – Lei 13.241/01 ⁽¹⁾	16.875	12.765
Convênio SMT - terminais/corredores/modernização	6.315	10.626
Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros Decreto 42.184/02 ⁽¹⁾	770	1.297
Outras	1.778	1.770
Totais	25.738	26.458

(1) Conforme citado na Nota 4 desde a edição da Lei Municipal nº 11 037 de 25/07/1991 substituída pela Lei Municipal nº 13. 241 de 12 de dezembro de 2001, a arrecadação tarifária do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, nos Subsistemas Local e Estrutural, bem como suas respectivas remunerações, não produzem efeitos nos resultados e no patrimônio, em razão da Sociedade ser apenas gestora de tais recursos. Semelhante tratamento é também dispensado a "Gestão Financeira do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros" - instituída pelo Decreto Municipal nº 42.184 de 11/07/2002.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(em milhares de reais)**

Folha nº 14 do proc.
nº 15-130 de 20 19

OTAVIO DE CARVALHO MOREIRA
Técnico Administrativo
CPF: 079

13. Contingências

A Sociedade possui registrados os processos considerados com perdas prováveis, conforme descrito abaixo:

Descrição	2018	2017
Cíveis: (a) Processos movidos por terceiros contra a Sociedade objetivando indenização por perdas e danos.	85.176	74.503
Tributárias: (b) Compensação de tributos federais, relativo PASEP/COFINS de abr/99 a jul/02.	65.351	69.372
Trabalhistas: (c) Ações impetradas por funcionários e ex-funcionários contra a Sociedade por controvérsias no cumprimento da legislação trabalhista em vigor.	13.785	47.874
Totais	164.312	191.749

A administração da Sociedade, consubstanciada na opinião de sua área jurídica quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

- (a) Do total de contingências cíveis R\$ 66.842 refere-se ao processo movido pela Intertec Serviços Ltda., onde a Sociedade apresentou embargos de declaração que ainda não foram apreciados.
- (b) No caso das contingências tributárias, em 2014 foram solicitados parcelamento estabelecido na Lei 12 996 de 18/06/2014 no montante de R\$ 65.066. Estamos antecipando mensalmente as parcelas enquanto aguardamos a homologação pela Receita Federal.
- (c) Informamos que a redução do valor contingenciado pela Gerência Trabalhista em "perdas prováveis" – em relação aos anos de 2017 para 2018 - ocorreu por causa da atualização da Norma e Procedimentos AD.JU.02 em 05.12.18, cuja mudança do risco provável passou a abranger apenas os processos após a publicação da sentença de liquidação.

A Sociedade possui processos de natureza trabalhista, tributário e cível nas quais é ré, classificados pela Administração, consubstanciada na opinião de sua área jurídica, como perda possível nos montantes de R\$ 84.371, R\$ 2.384 e R\$ 1.423, (em 31 de dezembro de 2017 R\$ 73.484 em processos de natureza trabalhista e R\$ 75.564 em processos de natureza cível) respectivamente. Por ter classificação de perda como possível, não estão sendo registradas provisões, ou seja, somente há a divulgação de montantes, conforme prevê a norma contábil CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Por proposta do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, visando maior transparência, informamos a existência de ações judiciais movidas pelas empresas operadoras do Sistema Municipal de Transporte Coletivo, pleiteando diferenças de remuneração inerentes aos contratos de prestação de serviços de transporte coletivo sob a égide da Lei 11 037/91, onde os contratos eram firmados com a antiga CMTC tendo a Prefeitura de São Paulo como anuente, na qualidade de acionista majoritária desta Sociedade.

Tais ações são movidas contra a São Paulo Transporte S.A. enquanto gestora do Sistema Municipal de Transportes Coletivos de Passageiros e ainda contra a Municipalidade enquanto titular do serviço de transporte.

Quaisquer valores decorrentes de tais ações, que porventura tiverem que ser pagos, deverão ser suportados pela "Conta Sistema" ou por repasse específico da Prefeitura de São Paulo.

Conforme parâmetros indicados pelo Jurídico e tirados das decisões judiciais inerentes aos processos de remuneração em fase de execução, é informado à SMT-PMSP o valor total através da planilha "obrigações de risco" constante na proposta orçamentária anual, para que essa realize o necessário contingenciamento, havendo expectativa do pagamento de R\$1.746.150.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(em milhares de reais)

Folha nº 15 do proc.
nº 15-130 de 20 19

OTAVIO DE CARVALHO MOREIRA
Técnico Administrativo
11/2019

14. Crédito de Acionistas

Composto pelos seguintes valores pertencentes ao acionista majoritário, a Prefeitura de São Paulo:

Descrição	2018	2017
Valores devidos à Prefeitura de São Paulo, relativo a empréstimos obtidos da conta Sistema no período de 1992 a 2005, conforme processo 2010-0454.478-5.	62.099	62.099
Valores relativos ao pagamento de fornecedores da Sociedade, efetuados pelo acionista majoritário, conforme Oferta Pública de Recursos a Credores do Município de São Paulo publicado no D.O.C. em Junho e Julho de 2008, com base na Portaria SF nº 101/2008 de 29 de Abril de 2008.	17.765	17.765
Valores devidos pela Prefeitura de São Paulo utilizados para satisfazer depósito judicial relativo ao processo movido pela empresa Tupi Transportes Urbanos (inerente ao Sistema) reclamando diferenças de remuneração.	(44.154)	(44.154)
Totais	37.728	37.727

15. Demonstração dos resultados do exercício

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência, os recursos recebidos e utilizados para aquisição do imobilizado são registrados diretamente contra o resultado.

No total das receitas de Gerenciamento do Sistema está contida a remuneração pelos serviços prestados à Prefeitura de São Paulo pelo gerenciamento operacional, bem como pela remuneração dos custos do gerenciamento das receitas e pagamentos comuns ao Sistema Integrado e aos Serviços Complementares de fiscalização e planejamento operacional, conforme artigo 27 § 2º e 3º da Lei 13.241 de 12/12/2001.

A Sociedade não possui valores em seus ativos e passivos não circulantes que necessitem de ajustes a valor presente.

As transações da Sociedade com seu acionista majoritário são efetuadas em condições diferentes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas, uma vez que no preço dos serviços prestados não está contido lucro.

Atendendo ao disposto no CPC 47 a seguir demonstramos a composição das receitas operacionais líquidas:

	2018	2017
Receita bruta operacional		
Gerenciamento do Sistema	327.687	314.770
Receita de locações	2.033	2.033
	329.720	316.803
Impostos incidentes sobre as receitas:		
PASEP	(2.391)	(2.325)
COFINS	(11.037)	(10.730)
	(13.428)	(13.055)
Receita operacional líquida	316.292	303.748

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria e Acionistas da
São Paulo Transporte S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da São Paulo Transporte S.A., (“Sociedade” ou “SPTRANS”), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Paulo Transporte S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada à continuidade operacional

Chamamos a atenção para as demonstrações do resultado do exercício, que indicam que a Sociedade incorreu em prejuízos até o exercício de 31 de dezembro de 2017, o que vem ocasionando em prejuízos acumulados para a Sociedade. Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade apurou lucro de R\$ R\$ 35.215 mil decorrente principalmente da revisão realizada pelo jurídico da Sociedade, sobre as provisões de contingências (Nota Explicativa 13). Esses eventos de decorrentes prejuízos ou outras condições, juntamente com outros assuntos descritos nas demonstrações contábeis, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade da Sociedade de manter sua continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

3

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(em milhares de reais)

Folha nº 16 do proc.
nº 15-130 de 20 19

OTAVIO DE CARVALHO MOREIRA
Técnico Administrativo
CE 12/179

16. Capital Social Realizado

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2018 é representado por 116.111.121.054 (cento e dezesseis bilhões cento e onze milhões cento e vinte e um mil e cinquenta e quatro) ações ordinárias sem valor nominal.

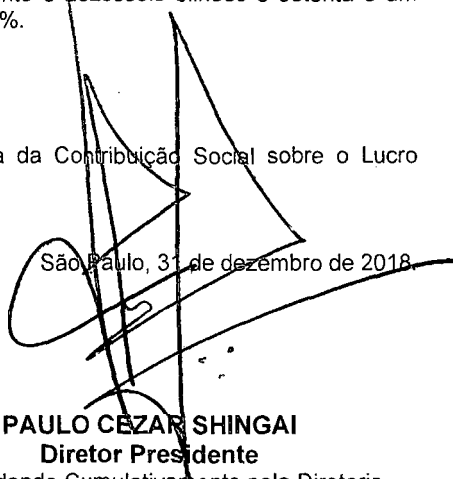
A Prefeitura do Município de São Paulo detém 116.071.089.613 (cento e dezesseis bilhões e setenta e um milhões e oitenta e nove mil seiscentos e treze) ações, correspondente a 99,97%.

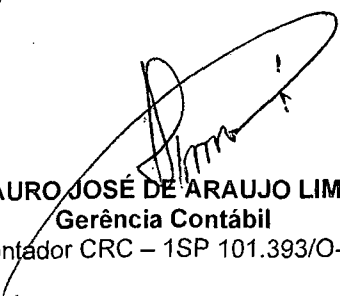
17. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Sociedade possui acumulados, prejuízos fiscais e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a compensar, apurados até dezembro de 2017.

São Paulo, 31 de dezembro de 2018.


CARLOS JORGE PERES FERREIRA
Superintendente Financeiro


PAULO CEZAR SHINGAI
Diretor Presidente
Respondendo Cumulativamente pela Diretoria
de Administração e de Infraestrutura

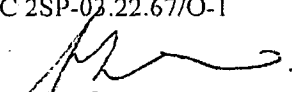

MAURO JOSÉ DE ARAUJO LIMA
Gerência Contábil
Contador CRC – 1SP 101.393/O-7

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 28 de fevereiro de 2019.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

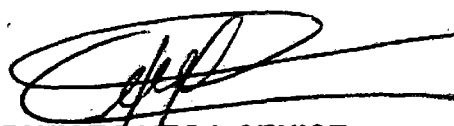
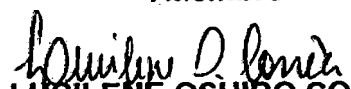
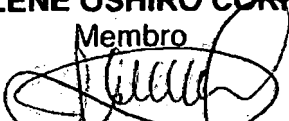
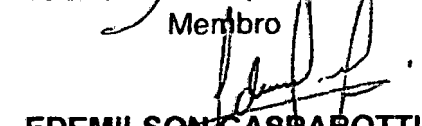

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio

Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

PARECER DO CONSELHO FISCALFolha nº 22 do proc.
nº 15-130 de 2019OTAVIO DE CARVALHO MOREIRA
Técnico Administrativo
RF 11.479

Os Membros do Conselho Fiscal da São Paulo Transporte S/A, infra-assinados, no exercício das atribuições legais e estatutárias examinaram o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2018, compreendendo: Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, além das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis. Considerando o resultado alcançado em nossas análises procedidas periodicamente nos balancetes e também com base no Relatório dos Auditores Independentes emitido pela empresa Taticca Auditores Independentes S.S., os Membros do Conselho Fiscal, unanimemente, achando tudo na melhor ordem e atendidos os preceitos formais, legais e estatutários para a elaboração do aludido documento, são de parecer de que as citadas peças refletem a situação econômico-financeira das contas desta Sociedade na data mencionada e de que reúnem condições para serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do artigo 192, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, recomendando que sejam integralmente aprovadas.

São Paulo, 14 de março de 2019.

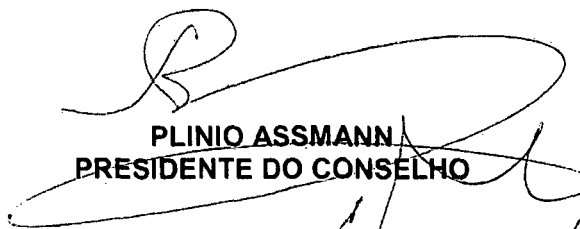

ERNESTO VEGA SENISE
Membro
LUCILENE OSHIRO CORRÊA
Membro
ROSANA MARQUES FERRO
Membro
EDEMILSON GASPAROTTI
Membro



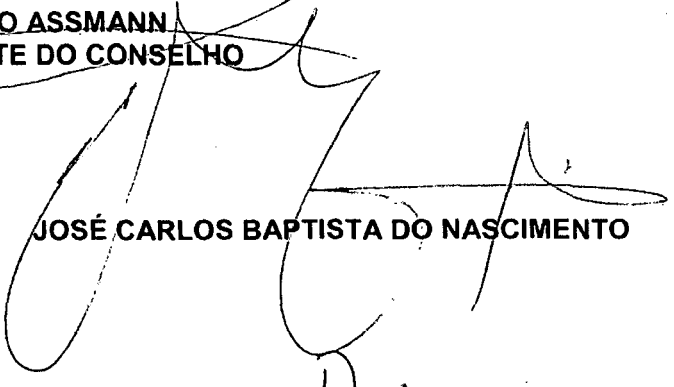
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração da São Paulo Transporte S/A, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram, em reunião ordinária realizada nesta data, o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2018, compreendendo: o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, e do Valor Adicionado, além das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário – Semestre findo em 31 de dezembro de 2018. Com base no exame dessa documentação, bem como no "Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis", elaborado pela empresa "Taticca Auditores Independentes S.S." e no Parecer emitido a respeito pelo Conselho Fiscal da Empresa, de que as contas reúnem condições para serem apreciadas e integralmente aprovadas pelos Acionistas, o Conselho de Administração manifestou-se pelo encaminhamento das referidas contas à Assembleia Geral dos Acionistas.

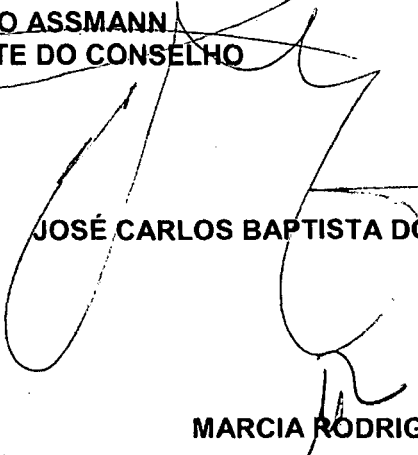
São Paulo, 19 de março de 2019.

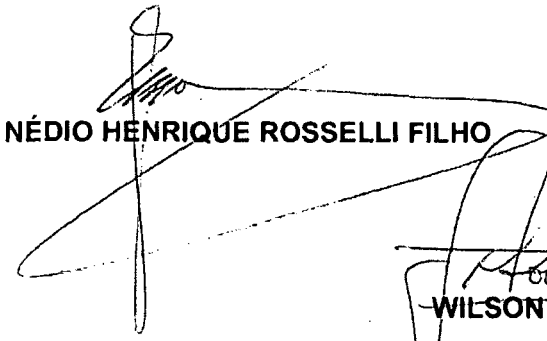

PLINIO ASSMANN
PRESIDENTE DO CONSELHO


DOLORES MARIA DOS SANTOS

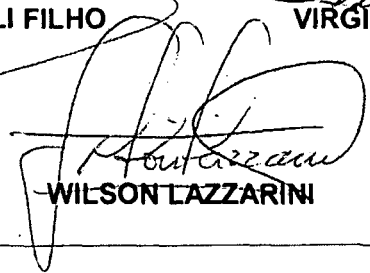

JOSÉ CARLOS BAPTISTA DO NASCIMENTO


LUÍZ VALÉRIO DA SILVA


MARCIA RODRIGUEZ


NÉDIO HENRIQUE ROSSELLI FILHO


VIRGÍLIO MARCON FILHO


WILSON LAZZARINI



do processo nº 15-130 de 20 19 03 / 04 / 19 (a)

Otávio de Carvalho Moreira
Técnico Administrativo,
RF. 11.479

REF.: Ofício DP/GAB nº 309/2019 – São Paulo Transporte S/A
ASS.: Assembleia Geral Ordinária prevista para o dia 22/04/2019 –
Encaminhamento de documentos relativos ao exercício findo em
31/12/2018.
TID: 18240015

À
SGP – Secretaria Geral Parlamentar
Senhor Secretário Geral,

Segue o presente expediente, acompanhado do Relatório da Administração, Balanço e Demonstrações Contábeis, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Parecer do Conselho de Administração, correspondentes a São Paulo Transporte S/A, relativos ao exercício findo em 31/12/2018, para conhecimento e ulteriores providências a cargo dessa Secretaria.

Presidência, 22 de março de 2019.


Zacarias Sampaio Camelo
Chefe de Gabinete
Presidência

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº 25

do processo nº 15-130 de 2019 01.04.19 (a).....

Otávio de Carvalho Moreira
Técnico Administrativo
RS 114/9

Ref: Protocolo Geral nº 2058 29

A Presidência

22/03/2019

ANGELA VITA MACEDO
Supervisora de Equipe de Protocolo e Autuação
SGA.6